



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUDA de 5 de NOVEMBRO de 2019

Pauta: eleição da Diretoria Executiva

Total de conselheiros presentes na reunião: 14

Presentes

1-Secretaria Municipal de Educação

Márcia Helena Matsushita - mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br

2 -Secretaria Municipal de Saúde

Claudia Ruggiero Longhi - claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br

3 -Secretaria Municipal de Cultura

Ana Cecília Lessa - aclessa@prefeitura.sp.gov.br

4 -Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Decio Perroni Ribeiro Filho - dpfilho@prefeitura.sp.gov.br

5 - Secretaria Municipal do Governo Municipal

Bruno Valsani - bvalsani@prefeitura.sp.gov.br

6 - Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher

Paulo Ferreira da Silva - paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br

7 - Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude

Vereadora Soninha Francine - soniafrancine@saopaulo.sp.leg.br

8 - Associação de Apoio ao Projeto Quixote

Cecília Motta - cecimotta@uol.com.br

9 - Fundação Porta Aberta

Alcione Moreno - alcionem@uol.com.br

10 - Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas

Michel Willian de Castro Marques - michel.c.marques12@gmail.com

11 - Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
Felipe Aureliano Martins - felipemartins_fsp@usp.br

12 - Instituto Sedes Sapientae
Rubens Kushimizo Xavier - rubenskushimizo@hotmail.com

13 - Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF/SP
Rafael Gomes Mariano - rafael.mariano@crfsp.org.br

14 - Representantes do Conselho Estadual de Drogas
Poder Público: Vera Lucia Bagnollesi - vbagnollesi@sp.gov.br

Ausentes 11

1 - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
2 - Silvia Helena Marchesan - smarchesan@prefeitura.sp.gov.br

3 - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer
Mateus Torres Penedo Naves - mtpnaves@prefeitura.sp.gov.br

4 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana
Nilson da Silva Rosa - justificada - nsrosa@prefeitura.sp.gov.br

5 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
Rodrigo Ramos Pinto Medeiros - rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br

6 - Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
Elizete Aparecida Rossoni Miranda - justificada - elizete@patriciabezerra.com.br

7 - Centro de Convivência é de Lei
Maria Angélica Comis - justificada - angelica@edelei.org

8 - Faculdades Anhanguera:
Jaqueline Santos Viana - jaqueline.viana@anhanguera.com

9 - Conselho Regional de Medicina de São Paulo – CREMESP
Dra Tatiana Regina Criscuolo - justificada- tatianacriscuolo@cremesp.org.br

10 - Conselho Estadual de Drogas - ONG: Marta Elena Reis - martaelenareis@yahoo.com.br

11 - Conselho Regional de Terapia Ocupacional
Adriano Conrado Rodrigues - cidajordao@crefito3.org.br

12 - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP
Cristiano Ávila Maronna - justificada- maronna@msm.adv.br

Aos cinco de novembro de 2019, às 14h20, teve início a reunião ordinária do COMUDA, cuja pauta principal foi a definição da Presidência do Conselho. Michel inicia contextualizando a atual situação a respeito da ausência da Presidência, bem como das pré-conferências realizadas nos territórios do município para definição das principais demandas que nortearam a Conferência.

Michel expõe que a partir das demandas encaminhadas na conferência, tem uma proposta de composição para a Diretora Executiva do COMUDA:

A proposta apresentada por Michel para a composição da Secretaria do COMUDA foi:

Executiva ampliada com seis conselheiros.

Presidência: sociedade civil organizada

Vice-presidência : indicado pelo poder executivo

1º secretário: indicado pelo poder executivo

2 ° Secretaria: papel de mobilização social com 20 participantes sendo 2 de cada região da cidade onde aconteceram as pré conferências

2 Comissões permanentes, sendo uma de fiscalização de políticas e programas de governo, e 1 de acompanhamento do legislativo composta pelos mandatos integrantes do COMUDA

Bruno Valsani – representante da Secretaria do Governo – pergunta como foi a eleição anterior

Michel explica que sempre foi uma decisão de consenso entre os conselheiros presentes.

Nathália Oliveira, ex-presidente do conselho, explica que a eleição foi feita entre os pares e que sua candidatura foi única.

Michel reitera sua proposta feita acima.

Décio Perroni – defende alteração total do Regimento Interno, aponta necessidade dos usuários terem uma participação maior e sugere alteração do Regimento para incluir forma de participação dos usuários. Aponta que há associações de usuários que podem auxiliar nisso. Reitera o Regimento Interno apontando que qualquer pessoa conselheira possa fazer parte da estrutura da Diretoria Executiva do conselho. Argumenta também que o Comuda pode ser mais aberto com maior participação de Organizações não Governamentais, como forma de ampliar e democratizar as discussões. Finaliza solicitando que seja encaminhada a ata da reunião de 6 de fevereiro de 2018. Sobre esse pedido, Michel esclarece que não houve reunião em fevereiro de 2018.

Michel sugere que a discussão deve ser muito mais ampliada do que a composição do Conselho. Michel também sugere que a proposta de comissão eleitoral feita por Maria Angélica seja discutida, mesmo com a ausência dela.

Soninha aponta que não existe no Regimento Interno a previsão de uma Comissão Eleitoral. Mesmo por que, esse instrumento implica em uma grande organização, sendo necessário que a Comissão elabore o seu Regimento de funcionamento o que também levaria um tempo muito longo.

Mariana se apresenta e explica que não havia representação do CRP antes por conta da troca da gestão, e que agora a mesma tem um ofício que a designa representante do referido órgão. Aponta também que a reunião do COMUDA pode encaminhar a necessidade de uma Comissão Eleitoral.

Paulo, representante da Comissão de Saúde da Câmara Municipal, alega que não existe previsão de Comissão Eleitoral.

Michel Marques sugere votar sobre a constituição de uma Comissão Eleitoral.

Votos a favor da constituição de comissão eleitoral: 2

1 - Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas

Michel Willian de Castro Marques

2 - Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas

Felipe Aureliano Martins

Votos contra a constituição de comissão eleitoral: 9

1 -Secretaria Municipal de Saúde

Claudia Ruggiero Longhi

2 - Secretaria Municipal de Cultura

Ana Cecília Lessa

3 - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Décio Perroni Ribeiro Filho

4 -Secretaria Municipal do Governo Municipal

Bruno Valsani

5 - Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher

Paulo Ferreira da Silva

6 - Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude

Vereadora Soninha Francine

7 - Fundação Porta Aberta

Alcione Moreno

8 - Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF/SP

Rafael Gomes Mariano

9 - Representantes do Conselho Estadual de Drogas Poder Público

Vera Lucia Bagnollesi

Abstenções: 2

1 - Associação de Apoio ao Projeto Quixote
Cecília Motta

2 - Secretaria Municipal de Educação
Márcia Helena Matsushita

Observações:

Conselheiro do Instituto Sedes Sapientiae - Rubens Kushimizo Xavier - ainda não estava presente nessa votação

Após a votação da pauta Comissão Eleitoral Michel pede para prosseguir com a pauta da eleição e sugere retomada da eleição para presidência.

Para a retomada da pauta da eleição, Michel sugere 3 minutos de fala dos candidatos à presidência, sendo eles Michel Marques e Décio Perroni.

Mariana do CRP diz que a cadeira do CRP está sendo desconsiderada, pois está com ofício em seu celular onde consta o seu nome apontado pelo CRP para substituir o representante anterior e solicita autorização para votar.

Alguns conselheiros discordam e Décio Perroni explica que para ser oficializado como Conselheiro, é necessário que a nomeação seja feita em Diário Oficial do Município, como assim foi para todos os outros, afirma que, mesmo assim, a palavra estava concedida a Mariana, no entanto, a mesma não poderia votar. Junto a isto, questiona o ofício que está no celular dela, no whatsapp, e não está impresso para que todos tenham acesso. Décio aproveita para mencionar revisão do Regimento Interno; formas de participação dos usuários; considera que o COMUDA tem caráter de acompanhamento crítico da política pública e não de fiscalização simplesmente, deve apontar problemas e participar das soluções. A função de fiscalizar cabe ao Tribunal de Contas, e outros órgãos, e que o ato de fiscalizar não se resume à realização de relatórios apontando irregularidades ou erros, mas, ao se fazer uma fiscalização cabe ao fiscal se implicar na solução daquilo apontado. Por isso entende que o COMUDA deva ter, como está na atribuição, o caráter de acompanhamento, mas acompanhamento crítico e também estar implicado na Política Pública.

Michel inicia a sua defesa, apontando que representa a Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas; propõe ampliar a executiva do COMUDA para ter pernas para acompanhar a política pública e aproximá-la da sociedade. A construção da política se dá a partir da participação social. Reitera que o conselho tem que acompanhar e garantir a fala dos usuários e interessados. Considera que a posição do Decio é fragilizada por este último ser ocupante de cargo comissionado no governo sem garantia de continuidade e aponta que a sua posição é de que a presidência de um órgão fiscalizador da política não deve ser presidida por um membro do executivo.

Décio inicia a defesa de seu nome, alegando que não é um candidato do governo, mas sim um conselheiro que tem interesse pela pauta. Compromete-se a priorizar a mudança do

Regimento Interno para privilegiar a participação de qualquer pessoa que deseje participar e que tem uma posição autônoma mesmo sendo membro de cargo comissionado do executivo, pois entende que o COMUDA é soberano, sua plenária é soberana para decidir sobre os temas propostos.

Adilson, membro da sociedade civil, não Conselheiro, aponta que participou do projeto de lei da elaboração da lei na câmara e de outras reuniões. Acha que deve sim haver fiscalização por parte do COMUDA para evitar incongruências. O conselho não pode ser pro forma.

Bruno, da Secretaria de Governo, aponta que as pessoas estão se candidatando pela causa e que qualquer candidato pode ser destituído de sua instituição, interrompendo assim a presidência, não somente o Décio.

Nathália Oliveira, ex-presidente do COMUDA, aponta que o conselho ficou abandonado nos últimos anos por opção política da gestão municipal, e ainda assim continuou realizando suas reuniões e seguindo suas pautas. Por isso considera que a presidência do Conselho não deve ficar com membros do governo e sim da sociedade civil. Aponta que a movimentação da gestão Dória foi de enfraquecimento dos conselhos municipais, e que no momento pré-eleitoral, o governo busca trazer uma roupagem democrática de participação social, retomando os conselhos, mas disputando a presidência dos conselhos em reconstituição. Aponta que existiu pressão por parte do governo para votos a seu favor. Aponta que pessoas estão sendo ameaçadas por não apoiarem o governo.

Soninha diz que presidência de diversos conselhos não deve ser somente da sociedade civil, mas deve contemplar alternância. Todos os conselheiros devem ter a oportunidade de ocupar a presidência. Destaca que não se pode pressionar ninguém e que a acusação de pressão é muito grave e não pode ser feita dessa maneira e que caso haja alguém sofrendo ameaças, esta pessoa deveria se manifestar ali mesmo.

Cecília Motta aponta que sempre que o COMUDA ficou sob presidência do governo, não houve continuidade. Não se opõe a nenhum dos candidatos, defende a composição governo e sociedade civil.

Claudia, da Secretaria de Saúde, aponta que não é o cargo comissionado dentro do governo que vincula o representante ao COMUDA, e sim o comprometimento. A fragilidade é de todos os candidatos. Para a conferência ela se empenhou muito, independentemente de ser do governo. O Regimento precisa de fato ser reformulado, mas a participação dos conselheiros não se limita ao que está estabelecida no Regimento, a ideia é construir coletivamente. O papel enquanto membro do conselho vai além de ser do governo ou da sociedade civil, e o presidente é um conselheiro qualquer que pode se candidatar.

Felipe, da Abramd, aponta que a conferência foi um sucesso com a articulação e participação de sociedade civil mais o governo, mas lembra que se não fosse a participação da sociedade civil, este conselho teria acabado, pois foi esvaziado nos últimos anos. Este conselho é o único espaço que garante a participação da sociedade civil na política sobre drogas, e a sociedade civil garantiu isso até o momento.

Foi aprovada a extensão da reunião por mais 15 minutos para viabilizar a votação.

Jorge Arthur, participante da reunião, aponta que em vista de questões envolvendo todos os impasses colocados, acha que temos toda condição de não precisar escolher a presidência na data de hoje, para que possamos definir com muito mais critério os rumos da presidência e das funções deste conselho em reunião futura.

Mariana, do CRP, considera que está presente como voto representando o CRP. A pauta de política sobre drogas já vem sendo feita no CRP o que a habilita a participar deste conselho. Defende que quem deve assumir a presidência do COMUDA não seja um membro do governo e concorda com Jorge que a eleição deve ser postergada.

Márcia, representante da Secretaria Municipal de Educação, questiona se é correto o próprio governo presidir um órgão para fiscalizar e monitorar adequadamente o que o próprio o governo faz, e que isso pode gerar um conflito de interesses e um dilema ético e moral.

Soninha aponta que já participou do COMUDA em 2005, quando o presidente do conselho era uma pessoa que defendia “drogas não”. O COMUDA não se resume à pessoa do presidente, deve participar sempre como instituição além da figura que ocupa a presidência.

Décio reitera que a participação dos usuários foi maciça nas pré-conferências e na conferência, e que existem total compromisso e disposição da Secretaria de Direitos Humanos em garantir a solidez da participação social.

Michel aponta que já foi governo em Santo André e não quis ser presidente do conselho municipal de lá, e que saiu de seu cargo em Santo André para poder participar enquanto sociedade civil do COMUDA.

Nathália Oliveira pergunta sobre dois pontos antes de iniciar a eleição:

1 - Se o CRP será impedido de votar, mesmo com a conselheira presente e com ofício que a nomeia;

2- se serão considerados os 2 votos enviados, pelo Conselheiro da OAB, Cristiano Maronna, e pela Conselheira do É de Lei, Maria Angélica, por Whatsapp. Reitera que ambos se posicionaram contra a eleição na reunião ordinária do mês de outubro por já terem apontado compromissos profissionais, mas que oficiaram seus votos no grupo oficial do COMUDA no whatsapp declarando voto pela candidatura de Michel Marques.

Parte dos presentes se coloca contra a prerrogativa do voto do CRP, por não ter sido oficiado a representação em diário oficial e nem mesmo apresentação formal de ofício no momento da reunião. Parcela da plenária também rejeita os ofícios assinados por Maria Angélica e Cristiano Maronna por ambos não estarem presentes e terem sido enviados por whatsapp.

Ambas as decisões não foram colocadas em votação e seguiu-se o processo de eleição.

Michel questiona porque a nomeação do CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) não foi publicado em Diário Oficial, sendo que oficiou a Coordenadoria de Drogas da SMDHC há dois meses, e que o impedimento de participação do CRP era ilegítimo por não ser previsto no Regimento Interno.

A eleição para a presidência foi aberta com a candidatura de Décio Perroni e Michel Marques a presidência.

Resultado da eleição:

Total de votos: 14

Votos favoráveis ao candidato Décio Perroni (SMDHC): 8

Votos favoráveis ao candidato Michel Marques da Plataforma Brasileira de Política de Drogas: 5

Abstenções: 1

Votos favoráveis ao candidato Décio Perroni (SMDHC): 8

1- Secretaria Municipal de Saúde
Claudia Ruggiero Longhi

2 - Secretaria Municipal de Cultura
Ana Cecília Lessa

3 - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Decio Perroni Ribeiro Filho

4 -Secretaria Municipal do Governo Municipal
Bruno Valsani

5 - Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
Paulo Ferreira da Silva

6-Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
Vereadora Soninha Francine

7 - Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF/SP
Rafael Gomes Mariano

8 - Representantes do Conselho Estadual de Drogas
Poder Público: Vera Lucia Bagnollesi

Votos favoráveis ao candidato Michel Marques da Plataforma Brasileira de Política de Drogas: 5

1- Associação de Apoio ao Projeto Quixote
Cecília Motta

2 - Fundação Porta Aberta
Alcione Moreno

3-Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas
Michel Willian de Castro Marques

4-Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
Felipe Aureliano Martins

5-Instituto Sedes Sapientiae
Rubens Kushimizo Xavier

Abstenções: 1

Secretaria Municipal de Educação
Márcia Helena Matsushita

Mariana do CRP pede para deixar registrado que se não fosse impedido de votar, votaria no Michel e que vai levar seu impedimento de participar das eleições ao setor Jurídico do CRP.

Nathália pede para constar em ata que os votos de Cristiano Maronna (OAB) e Maria Angélica (É de Lei) foram declarados em Michel Marques e que, caso o voto do CRP, da OAB e do É de Lei fossem considerados, a eleição teria terminado em empate.

Ao final da reunião ordinária o conselheiro Paulo Ferreira da Silva representante da Comissão de Saúde da Câmara Municipal destaca a necessidade de se declarar o resultado da eleição, e faz a leitura do resultado que dá a maioria ao conselheiro Décio Perroni Ribeiro Filho da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, como Presidente do COMUDA para o biênio 2019-2021.